

DEBATE

HELENA CARREIRA - A pergunta que vou fazer parte da experiência que tenho do ensino do Português a estrangeiros. Trabalho no departamento de Português da Universidade de Paris VIII. Parece-me que a acentuação em Português é um auxílio para uma descodificação correcta do Português; ensinei já durante onze anos em Paris VIII, não tenho sentido dificuldade em fazer adquirir correctamente o sistema de acentuação em Português. Penso que para um estrangeiro, a acentuação, uma acentuação que distinga "implicito" e "ímplicito", em princípio como toda esta série: "propício" e "propicio", "distância" e "distancia", "público", "publico", "auxílio", "auxilio" é importante. Um outro tipo também de acento que penso ser muito necessário, é o acento que distingue as terminações em - il, portanto, sílaba tónica final (...): fácil, difícil; canil, funil e depois, no plural, fáceis, funis. Agora, um terceiro caso, o dos acentos que marcam a não ditongação: saúde, saudade, seita. Acima de tudo, foram estes os três grupos em que parece realmente que uma arrumação pura e simples da acentuação iria complicar o acesso correcto, a descodificação correcta deste [...].

Professora do Magistério Primário - Do contacto que tenho com as professoras do ensino primário, acho que elas estão satisfeitas com a supressão das consoantes em posição de não pronúnciação. Quanto aos acentos, nota-se realmente uma certa confusão! Mas considero que alguns são úteis e que as pessoas estão bastante confusas neste aspecto. Sabemos que em Inglês não há acentos, e portanto, é possível que através de uma habituação se consiga ultrapassar essa dificuldade. A dificuldade será maior da parte dos professores, para se habituarem à nova pronúncia e ao novo sistema [...]. Os alunos saídos das camadas socio-economicamente mais débeis, têm mais problemas de aprendizagem; mas se lhes fizermos uma boa propedeutica de ensino, se eles estiverem num escola infantil adequada, e se eles tiverem um método adequado, eles acabam também por aprender.

P - Queria perguntar-lhe qual o método que usa na sua escola [...]. Se bem percebi, é um método [...], que é um método global, porque parte de um texto. Sabemos que antigamente era um método do ABC, com soletração, é evidente; também foi falado esse método que já não é o sintético, de juntar duas vezes B+A=BA, mas sem significado; pois, com a evolução da psicologia, com o conhecimento da

psicologia infantil sabe-se bem que o que interessa é ter uma percepção sintética. Portanto, se nós realmente escolhermos um bom método, se tivermos feito uma boa propedêutica de aprendizagem, naturalmente que conseguiremos melhor resultado do que se fomos usar um método inadequado, como seja o sintético que parte do abstracto para o concreto, duma letra para a palavra, e enquanto que se nós partirmos do método global, partimos seja de um texto, seja de uma frase, seja de uma palavra, de qualquer coisa concreta, isto diz algo à criança. Queria dizer também o seguinte: em Inglaterra há um método novo que está agora para ser experimentado, que é um método que parte de vários inquéritos feitos para saber quais são as palavras que entram no domínio da criança, e para seleccionar 250 palavras, e é a partir dessas 250 palavras que se faz a iniciação à leitura; portanto, para não partir de coisas desfazadas entre o professor e o aluno, como seja "mémé"/ovelha, mas coisas dentro de um meio próprio; também sabemos que o método do Paulo Freire, que é o das palavras geradoras, mesmo para adultos, vai seleccionar dentro da profissão dos adultos para depois ser feito o ensino da leitura; portanto, penso que um método adequado com uma boa propedêutica, ou seja um bom desenvolvimento psico-motor, as crianças aprenderão correctamente a escrever, e não terão dificuldades. A maior dificuldade será o novo professor ser adaptado normalmente ao novo sistema.

P - Quando falou da importância da propedêutica, para a aquisição da escrita e da leitura, acho inconveniente que exista a propedêutica, porque é desligada de tudo que o aluno conhece. Deve-se pedir às crianças coisas que tenham sentido para ela. Acentuar por risquinhos não tem sentido, é desinteressante, é desmotivador. As colagens e as picagens são importantíssimas desde que a criança possa fazer delas instrumentos da sua aprendizagem.

IVO DE CASTRO - A posição das cinco repúblicas africanas, tal como ficou acordado no mês de Janeiro é a de esperarem para ver, esperarem que em Portugal e no Brasil o texto do acordo esteja revisto, passe os trâmites legislativos, ou seja promulgado pelos respectivos Presidentes da República, após o que as repúblicas africanas decidirão se é do seu interesse alinhar ou não no acordo. É neste pé que as coisas estão. No entanto, acho que tem muito interesse numa perspectiva de uma possível revisão de aspectos do acordo, tem muito interesse ouvi-los, assim como ouvi-los com um interesse que não me canso de realçar; ouvir uma voz brasileira aqui, ouvir uma voz africana, e estão aqui, pelo menos de Moçambique, duas pessoas - Mãe José Albarran e Inês Machungo; da Guiné-Bissau estão também

duas, o Ibrahima e o colega; não sei se está alguém de Angola, Cabo Verde também não.

Quais são os problemas que vêm quanto à utilização deste acordo ortográfico que se está a discutir nos nossos respectivos países? Se é viável, se não é viável, o que é que falta, o que é que seria necessário, enfim, como é que vocês se posicionam perante esta questão que nos tem ocupado?

MARIA JOSÉ ALPARRAN - Não nos devíamos cansar de falar sobre este assunto; de qualquer forma, nós temos muito para dizer; o representante de Moçambique veio; ele declarou em entrevistas ao Expresso que se seguiria o Acordo possivelmente aprovado pelas Assembleias, e no caso de isso não ser feito, Moçambique continuaria a seguir Portugal como tem sido feito até agora. E quanto às vantagens, com certeza que temos, na aplicação do acordo, uma parte relativamente à questão das consoantes mudas. É de facto em Moçambique que elas não são pronunciadas, e parece-nos até que a tendência é maior para nunca serem pronunciadas, nem nunca abrirem a vogal anterior. Esta parece ser a diferença para que não haja razão para elas não desaparecerem. Relativamente aos outros dois pontos, duas discussões que têm sido mais ou menos acompanhadas em Portugal e nas quais talvez seja preciso incluir algumas alterações [...]; a realidade é que, quanto à questão dos acentos, a nossa experiência profissional em Moçambique nos diz o seguinte: não há de facto tendência na criança moçambicana para errar nos acentos; nunca notámos, por exemplo, que os erros ou desvios - segundo muitos estudos feitos nesta área - sejam da ordem morfológica e sintáctica. [...] A nossa criança dispõe de um livro, onde aparece o acento escrito. O professor não é qualificado; portanto não tem um método, uma técnica, realmente, é intuitivamente que o faz. A criança começa realmente a falar português quando já está na terceira classe, o que pressupõe que antes o professor traduz quando fala uma outra língua; nestas condições - e como por outro lado também notamos que nós conhecemos os nossos professores - vamos ressituá-los no meio do que eles escrevem: eles também não cometem hoje erros na acentuação? Normalmente também não usam os acentos, dispensam as regras de acentuação. Penso que as preconizam intuitivamente e a criança também as faz desta forma; isto quanto ao que nos diz respeito; não podemos avançar muito no assunto! Outra vantagem que nós temos no acordo, é a questão do interesse com que isso foi abordado em Moçambique [...]

P - E quanto à Guiné?

MÁRIO SANTOS - Parece que houve uma decisão dos participantes que fosse delegado um dos participantes da delegação cabo-verdeana para transmitir as decisões tomadas no acordo; esse delegado teve um encontro com os representantes do nosso governo, onde apresentaram as propostas decididas; e deste encontro, foi encarregue a uma comissão nacional de discutir sobre a problemática das propostas; e neste momento as duas soluções são dadas ao conhecimento das autoridades oficiais, e daí, talvez, depressa se poderá emitir a opinião dos oficiais com respeito às propostas do acordo. Nós, atendendo à situação que nós estamos a viver neste momento, em Guiné-Bissau, estamos numa fase de definição da política linguística nacional. Talvez essa problemática do acordo ortográfico poderá concluir, para tirar umas conclusões com respeito aos elementos que poderão ser fundamentais para o nosso país.

IBRAHIMA DJALÓ - Penso que trata-se de um assunto muito importante, e que tem de merecer uma reflexão profunda e uma análise muito objectiva! Por outro lado, é verdade que (deve haver) uma ordem de prioridade em relação ao assunto que ferve no país todo. A problemática, uma divisão política, linguística, tem de ser hoje em dia a nossa preocupação. Trata-se da problemática do estrangulamento que podemos encontrar no ensino, por exemplo, e pensamos que tem que virar, pensar num povo sobre os avanços [...] ao aparecer a linguística aplicada [...], e coordenar uma posição em relação ao Português. Penso que o ensino da língua portuguesa, como de uma língua estrangeira deve merecer uma atenção, no conjunto desta problemática. Pois, como se sabe, as realidades objectivas dos países africanos de expressão oficial portuguesa exigem este estudo; e daí depende a problemática da metodologia. Separando a problemática da metodologia [...], não se trata de uma aplicação mais ou menos tradicional da metodologia da língua estrangeira, porque nós somos países de sociedades livres e pensamos que estes factores devem ser considerados! Há a necessidade de uma cooperação[...]

AMADEU TORRES - Pedem-me para apresentar duas experiências; uma foi depois de ter lido o artigo do Senhor professor Eduardo Carvalho no "Jornal de Letras"; peguei no texto, e em duas turmas de linguística apresentei o texto um pouco longo, e pedi um comentário semântico e mais alguma coisa que notassem; todos fizeram o comentário semântico, não notaram mais nada, que não tinha acentos, nem tinha consoantes! Outro aspecto das línguas estrangeiras sobretudo para mostrar que a nossa língua não é uma língua aglutinante como o alemão. Quando aprendi alemão, quando tentava pronunciar as palavras como compostas eles percebiam, quando silabava

não percebiam.

MARGARITA DRENSKA - Sou professora de Português há doze anos, e posso dizer que o acento grave é uma coisa muito importante para a aprendizagem, porque o estrangeiro não conhece a língua como uma criança portuguesa. A criança portuguesa, primeiro sabe a língua, depois começa a escrever; o estrangeiro começa com a escrita e depois aprende a falar. Os alunos levam uma semana no total para aprender os acentos, mas depois sabem ler; e se não usam os acentos, durante toda a vida não vão saber pronunciar as palavras. Porque o estrangeiro aprende a língua no país onde nasceu, onde se fala a língua nativa. Então cada palavra nova, para ele é uma palavra escrita; como vai decifrar o lugar do acento? Eu sou partidária do acento! E a outra coisa, onde estará colocado o acento, porque a acentuação está de acordo com o lugar do acento na sílaba. Então, o acento forma uma sílaba, é uma vogal, são duas vogais, ou às vezes semi-vogal e vogal, e temos de pensar nisso, se a palavra "sáb^{ia}" tem um determinado acento ou a palavra "sab^{ia}" porque a experimentação instrumental comprova que em Português, em posição final átona de palavra não existem vogais abertas; "águ^a" é palavra de duas sílabas e "Ás^{ia}" também.

MALACA CASTELEIRO - Neste caso concreto queria perguntar se na Bulgária também aprendem Inglês. Em Inglês não há acentos gráficos... Os métodos de ensino de línguas estrangeiras começam pela oralidade. Não me parece que um aluno estrangeiro tenha que aprender uma língua pela escrita. O aluno associa a imagem acústica com o significado à imagem gráfica. Por outro lado, há as regras de acentuação tônica que nos dizem como as palavras são acentuadas. São metodologias para ensino de língua estrangeira.

MARGARITA DRENSKA - Eu não sei inglês. Nunca estudei inglês, mas sei que quando estudamos inglês, nós os búlgaros, aprendemos a palavra em transcrição fonética. Nenhuma palavra na aula se dá sem transcrição fonética, e na transcrição fonética figura o acento gráfico. Quando se estuda uma língua, estudam-se não mais de três mil palavras, e a língua não são só três mil palavras; o resto aprende-se nos livros!

MALACA CASTELEIRO - Mas o Português também se pode aprender através da transcrição fonética?

MARGARITA DRENSKA - Mas é muito mais difícil transcrever cada palavra nova do que aprender as regras da acentuação nuns dias [...]. O Português e o Espanhol não se aprendem sem o acento gráfico.

IVO DE CASTRO - Parece-me que há aqui uma questão que hoje pelo menos não estamos a distinguir muito, mas que talvez se pudesse distinguir: uma coisa é o aprendizado feito por crianças ou feito por adultos da língua estrangeira, das palavras básicas de uma língua. As 3.000 palavras portuguesas, 217 do português fundamental, as palavras do dia a dia, aquelas palavras que historicamente nós sabemos que são quase todas elas palavras que já faziam parte do Português comum, no século XV, no século XIV, palavras de formação vernácula, transformadas foneticamente, que nós hoje (porque a questão é esta) nós hoje quando estamos a falar de assuntos do nosso dia a dia uns com os outros, estamos a utilizar palavras que há 500 anos já usámos. São as mesmas, claro, depois com alguns vocábulos técnicos, vocábulos mais modernos, mas o núcleo do vocabulário português, e portanto aquele vocabulário que mais facilmente se encontra numa fase de aprendizado, é um vocabulário antigo e resistente. Mas isso é uma questão. Há outra questão, é a do vocabulário técnico, a do vocabulário culto em geral, aquele vocabulário que menos aparece numa situação de diálogo, que tem menos realizações orais, vocabulário que muito português (e muito estrangeiro) aprende por via escrita. Ora em relação a esse vocabulário, nós sabemos que quando houve aquela grande entrada de léxico latino ou latinizado e depois francizado, no período clássico da nossa língua do século XV, depois até ao século XVIII, em muitos casos pronúncias que nós hoje temos estabelecidas foram provocadas pelas grafias. Bem, para esse vocabulário que existe mais escrito do que oral, existe primeiro escrito e depois oral, é que se podem levantar, parece-me, as objecções à retirada do acento gráfico, agora proposta, e no que diz respeito ao timbre a tirada das consoantes mudas, e tal. Ora bem, é em relação a esta massa do nosso vocabulário culto, que será de 10.000, 15.000, 20.000 palavras, até a 300 ou 400 palavras que a língua pode ter, é aí que pode surgir a dificuldade básica, da aplicação deste acordo, que é uma pessoa ficar a vida toda a pronunciar certo nome, por não ter a sorte de encontrar alguém que diga - Atenção, você está a dizer mal. Quanto mais raro, quanto mais técnico for o termo maior é o risco de serem poucas pessoas a utilizá-lo, e de uma pessoa não encontrar quem a ponha no bom caminho. A consequência vê-se qual é, é que ao fim de duas gerações há toda uma massa desse vocabulário que está com acentuações diferentes.

Agora isso será mau, é uma questão de gostos, mas como historiador da língua es tou fartíssimo de ver isso, isso só será erro durante uma geração ou duas, de pois é a mudança linguística, como já aconteceu uma porção de vezes. Simplesmente queremos nós assumir as responsabilidades históricas de ir provocar essas mudanças em massa? Eu não entrei aqui em linha de conta com o papel do audio-visual, com o papel de transmissão, em que medida é que ele pode entrar aqui, em que medida é que o audio-visual é um ensinador de pronúncias cultas, e não é um propagador de pronúncias erradas. É uma questão a discutir. Outra questão a preponderar é realmente a da responsabilidade histórica de criar as condições, porque objectivamente essas condições são criadas, as condições de se abrir um momento que pode ser uma grande deslocação vocálica do Português, como já houve no final da Idade Média. Isso pode surgir, mas indo ainda um bocadinho mais longe, eu perguntaria: Será que temos condições para impedir dentro dos próximos 50 anos, essa grande mudança do som do Português? Será que não há já condições económicas de comunicação internacional, de descida do nível de alfabetização do ensino, que já são irreversíveis e que já nos puseram no caminho de uma grande alteração do som do Português, de que estas simplificações não são mais do que um reconhecimento de que não vale a pena estar a lutar contra isso? Será que não há razões que ultrapassam a nossa vontade pessoal, ou mesmo de grupo profissional? Eu costumo ler aquilo que o professor António Layce anda a publicar há mais de 10 anos ou há 15 anos, sei lá, sobre questões de política do idioma e noto que ele tem andado esses anos todos preocupado com o facto de estarmos desviando a civilização do Português, a língua portuguesa e ela ser falada sobre tudo não cá mas lá, não por nós mas por eles, em condições que nós não controlamos, nós europeus não controlamos; nós poderemos talvez controlá-las aqui no que diz respeito ao nosso rectângulo, mas teremos interesse em as controlar de um modo diferenciador, divergente do que se passa no Brasil e do que se vai passar em África. Será do interesse português fecharmo-nos numa posição orgulhosa (...) nós somos os fundadores da nacionalidade e não nos importamos de desprezar oito séculos como capital de pronúncia até que um Presidente nos venha de novo transformar como capital do Reino. Durante 11 dias estaremos dispostos a desempenhar este papel, ou não quereremos seguir o caminho que o Português seguiu, que foi o caminho do Sul, desceu da Galiza para o Minho, do Minho desceu por aí abaixo, chegou a Lisboa, fez a sua norma no centro do Reino e depois escorregou, entrou pelo mar fora, está noutros territórios. Queremos nós resistir à propensão da nossa língua que é a de caminhar para Sul, expandir-se para Sul? Não sei. Eu só

peço muita desculpa de estar a meter-me na conversa. Como moderador não devia ter dado opinião nenhuma.

MALACA CASTELEIRO - Eu só queria a propósito da aquisição do vocabulário, realmente expressar um ponto de discordância; é que estamos a dar um valor excessivo à questão do acento gráfico, não é? Já aqui tem que ver com noção do acento tónico, mas na pronúncia da palavra não é o acento gráfico, não basta saber o acento tónico. O exemplo que o professor dá num artigo aqui já lido da pronúncia de "propoxico" é extremamente elucidativo. O "propoxico" pode lá ter o acento gráfico e dizerem-nos onde é o acento tónico, até nem precisava, bastando saber que as palavras com esta terminação são elucidativas; pela estrutura mórfica da palavra nós sabemos onde está o acento tónico. Mas para além desse aspecto é preciso saber que há duas pré-tónicas abertas, a primeira e a terceira, e a segunda é fechada. Qual é a regra que determina pré-tónica fechada e pré-tónica aberta? Quais são as regras desta pronúncia? Este aspecto é que eu acho importante. Por outro lado, os dos signos caratema, corresponde a diferentes sociemas, ora o acento grave não exige nada sobre a pronúncia desses signos, não é?, portanto é necessário aprender tudo isto para uma palavra nova que se nos apresenta, ou ela só põe a questão do acento tónico. Por isso haverá tantos por cento de palavras técnicas, mais da área científica e erudita que levantam problemas quanto ao acento tónico. Em termos de percentagem por sondagens feitas essas palavras não são mais de 2% ou 3%. Agora eu pergunto: Por 2 ou 3% de palavras, pôr problemas, é de sobrecarregar o sistema da acentuação gráfica da língua? e vamos impedir a unificação ortográfica por uma percentagem tão pequena? Por outro lado ainda, eu termino com outro aspecto extremamente importante: é o significado. Então a pessoa encontra a palavra, o leitor encontra uma palavra nova, ora tem que saber o significado dessa palavra, não faz sentido fixar a pronúncia da palavra e não fixar o significado, e para aprender o significado como fazer? O contexto é suficiente; em relação aos termos científicos, técnicos, ou há a área erudita e o contexto não é suficiente e ele tem que consultar o dicionário. Tem que saber o significado e por conseguinte aprende a pronúncia da própria palavra. Era só isso que eu realmente queria dizer.

IVO DE CASTRO - Deixem-me só dizer duas coisas. Primeira, o que o Malaca está a dizer. Realmente 2% não me incomodava muito, mas os nomes próprios cultos não têm significado, os nomes próprios cultos, a acentuação deles? Os nomes

gregos ou os nomes estrangeiros não têm significado, não nos indicam nada e aí nós ficamos sem cientistas, isso é uma coisa.

Segunda coisa, o problema de aceitar que as regras do jogo da deriva linguística funcionam sem uma ortografia a prendê-las é que depois tem uma consequência, é que não garante isto, que em todos os espaços do Português a escolha venha a ser a mesma, e querendo uniformizar nós podemos realmente ficar sem mecanismos para conseguir que o mesmo termo técnico venha a transformar, a obter uma pronúncia normal numa zona do território e uma pronúncia normal completamente diferente noutra zona do território. Então aí é que as realidades do português acabam mesmo por ser línguas diferentes.

MALACA CASTELEIRO - Será por causa do acento gráfico? É só pela questão do acento gráfico? Poderá ser porque é pronúncia diferente e não só pela questão do acento gráfico.

IVO DE CASTRO - Não é só, mas é uma das coisas que pode empurrar. Não sei, são as incertezas.

INÉS DUARTE - De qualquer maneira gostaria de não esquecer, ou enfim, lembrar às pessoas que relativamente ao problema do acento grave, a questão se põe também ao nível do acréscimo da ortografia, que a ausência de marcação gráfica da sílaba tónica pode trazer, aumentando obviamente os custos do conhecimento, os custos da leitura. De qualquer das maneiras, eu gostava só de tentar pôr aqui a público uma reflexão sobre dois termos que aparecem, ou no acordo ou nos textos que acompanharam o acordo.

O primeiro termo, é o termo de modificação o segundo termo é o termo de simplificação. Penso que é claro pela leitura, quer pelo acordo, quer pelos textos que o acompanham, quer pelas declarações dos vários elementos da comissão negociadora, que o objectivo principal do acordo é justamente unificar as grafias diferentes existentes em Portugal e no Brasil. Bom, relembro o risco de dizer uma coisa que toda a gente sabe, que dentro dos acordos até este momento existentes a tradição foi sempre de entender a unificação no sentido forte, isto é, unificação ortográfica significava não permitir a existência de duas grafias no espaço/digamos assim, ilusório. Portanto até o acordo ter aparecido o que se passa é que há sempre a tentativa de propor uma grafia única para todo o espaço ilusório. Recordo que o texto de 1975 que é o texto que serviu de base

ao presente texto de 1986, cria aí uma inovação, isto é, propõe uma versão fraca de unificação que, a meu ver, é muito realista, isto é, sabendo nós que as várias novidades do Português têm características do ponto de vista fonológico [...] Então prevê-se que essas diferenças possam ser representadas através de grafias diferentes. Portanto, eu diria que o princípio da unificação já é um bocadinho alterado, digamos assim em 75; há um princípio que me parece realista e que de algum modo deve resultar das bases deste acordo, nomeadamente na das consoantes ditas mudas ou não articuladas. E aqui volta o problema da acentuação gráfica, porque é neste domínio da acentuação gráfica que o acordo, ou melhor, a comissão negociadora, optou por uma versão forte de unificação, quando todos nós sabemos que a existência de grafias duplas nesta área é extremamente utilizada. Há três casos, tanto quanto eu sei, há três casos em que a utilização que os portugueses fazem e que os brasileiros fazem com o acento gráfico são diferentes.

Bom, no estudo [...] publicado, salvo o erro, nos Diários de Notícias, de todo o porte do português fundamentado havia um desacordo de 10% ao nível da utilização dos acentos gráficos na [...] E o que é que nós verificamos? que para resolver um acordo de 10% dos casos do que diz respeito ao particular comunicado, pode-se considerar comunicada, o que se propõe é praticamente a eliminação dos acentos. Chamo a atenção ainda para mais dois outros aspectos neste caso, um dos casos justamente em que há grafia dupla em Portugal e no Brasil e no caso de palavras como, por exemplo, bebé, nené. Em que nós dizemos é e colocamos o acento agudo no final e o Brasileiro põe um acento circunflexo na vogal tônica, neste caso.

Acontece que este é um caso que não está aqui contemplado na base do ponto. Portanto isto é uma chamada de atenção para a necessidade de que o colega brasileiro levantou há pouco de que na realidade é preciso fazer uma revisão a nível técnico deste texto e que por outro lado digamos assim dê avultamentos a uma série de medidas que aqui estão propostas.

Mas lembro-me ainda uma coisa. Na área da acentuação gráfica, todos nós, penso eu, temos presente aquilo que aparece no 4º artigo na base 14, e aqui eu entro naquilo a que se pode chamar o outro tópico da minha intervenção que é a questão da simplificação. No artigo 4º desta base diz-se que, em casos de indubitabilidade contextual, fica ao critério do falante utilizar ou não utilizar o acento gráfico, e aqui reparem qual é a situação, até este momento o que nós exigíamos a qualquer falante de português era que ele conhecesse as re-

gras de acentuação gráfica que existem, não é, mas a partir do momento e que este texto seja aprovado nós vamos exigir muito mais, vamos exigir que ele conheça as regras que estão aqui na base 14, vamos exigir que ele seja capaz de fazer um juízo sobre se o contexto é suficiente ou não para desfazer a ambiguidade, vamos exigir que ele conheça as regras da acentuação gráfica actual existentes para saber se deve ou não utilizar assim.

Eu penso que de facto a simplificação não pode ser entendida desta maneira..., e gostaria de terminar só com mais dois apontamentos. Penso que hoje em dia, em 1986, falar de simplificação na área da ortografia significa (ainda bem que a mesa redonda teve uma pessoa que percebia dessa área), significa obviamente, ter especialistas em processamento de informação, isto é, pessoas que se debruçam sobre o estudo dos processos cognitivos que nós utilizamos ao reconhecer a informação escolhida. Isso obriga a podermos saber se estamos a simplificar ou não estamos. Queria só, e enfim para finalizar, referir que a minha defesa de unificação fraca não significa que eu seja defensora, como parece no caso aqui assim referido no texto do acordo, daquilo a que eu poderei chamar a liberalização ortográfica, isto é, o facto de se deixar ao falante a escolha da grafia a utilizar, penso que a defesa da versão prática da unificação significaria sempre a cada espaço relacional só uma grafia.

P - É só para dizer que acho que deve haver uma certa confusão, relativamente ao problema que tem sido discutido, é que as pessoas que estão contra o acordo ortográfico, estão a levantar problemas. Não sei, eu acho que uma coisa é a grafia outra coisa é a pronúncia, isso pode resolver-se através da utilização de dicionários de pronúncia, registando as diferentes pronúncias normais padronizadas dos diversos países, ou com um dicionário só, ou um dicionário em Portugal ou no Brasil, ou para os países africanos. Portanto, acho que há confusão entre grafia e fonética, o acento que lá está. Há muitas palavras que não têm acento, e nós sabemos qual é a tónica, como é que se pronuncia, portanto, acho que se poderá resolver através desses problemas que existem noutras línguas, o inglês por exemplo, que eu conheço mal, que eu pronuncio mal, mas se tiver um dicionário de fonética é fácil. Acho que é uma maneira prática de resolver o problema.

MALACA CASTELEIRO - Eu gostava ainda de dizer uma coisa em relação à intervenção da Inês. Realmente ela pretendeu pôr em evidência uma unificação prática, não é? da ortografia. Quer dizer que essa unificação enviaria por conseguinte à prática

brasileira por não escrever as consoantes mudas, se me recordo bem.

INÊS DUARTE - Devia-se permitir o mesmo que se permitiu às consoantes ditas mudas - articuladas, isto é, é legitimar as duas grafias, actualmente existentes, que correspondem de facto a pronúncias diferentes, não é? Portanto o mesmo critério que levou a legitimar a manutenção das consoantes duplas, no espaço relacional em que elas são pronunciadas, a sua supressão no espaço relacional em que elas não são pronunciadas, a meu ver parece ser utilizado para legitimar a presença do acento circunflexo no caso que Portugal tem tido, digamos agora um significado fechado, e o acento agudo no espaço relacional no caso que eu estive a ver. São casos tão reduzidos como estes casos.

MALACA CASTELEIRO - Por conseguinte, a não mexer num sistema de ortografia vigente, é essa a conclusão, a conclusão clara, é que mais valia não se fazer acordo nenhum.

IVO DE CASTRO - Deixem-se intervir aqui pois pareceu que há um equívoco. A Inês está a invocar o texto não público de 1975. O acordo vigente, a ortografia vigente, é de 1945, não é de 75.

MALACA CASTELEIRO - O de 1975 apenas fazia uma unificação ortográfica, e então nessa altura seríamos fortemente atacados, realmente [...], porque praticamente a única coisa que aí se consagrava era a supressão das consoantes mudas, porque no resto mantinha-se tudo na mesma, em linhas gerais: lá haveria uma coisa ou outra, mas pouca. Agora achamos, em 1986, que em 10 anos se podia ir mais longe na unificação e portanto a supressão dos acentos é uma questão realmente polémica, mas tem os seus defensores, tanto do lado do Brasil, como em Portugal. Em 1967 naquele colóquio Luso-Brasileiro, em Coimbra, debateu-se enfim essa questão, mas não houve a coragem em 1975, não sabemos bem porquê, em apertar logo com essa prática. Por outro lado ainda é necessário que se indique as causas das esdrúxulas, das primeiras esdrúxulas como aqui tem sido salientado; realmente pelo menos nas nossas esdrúxulas a supressão dos acentos não causa problema nenhum; então por isso, pelo menos, levar a unificação até isto, porque 10% da frequência no vocabulário fundamental da língua é muito, 10% é muito.

INÊS DUARTE - O que eu quero dizer é que não pode ser em nome da unificação que este grupo adopta uma medida tão drástica relativamente à acentuação gráfica, co-

mo tinha proposto. É isto que eu quero dizer. Portanto há outros fundamentos e esses outros fundamentos, são fundamentos para invocar a simplificação, mas para invocar a simplificação é preciso provar o desaparecimento da acentuação gráfica que de facto simplifica a leitura.

MALACA CASTELEIRO - Aos críticos justamente se deve a questão da acentuação. Ainda não perdoaram isso, porque hoje a prova linguística neste mesmo domínio só se faz classificativamente e estatisticamente, só aí é que há possibilidade de fazer a prova, e pedagogicamente também. [...] A estrutura da palavra é muito importante.

INÉS DUARTE - Pois é. A estrutura da palavra é muito importante, mas sabe, até melhor que eu, que os falantes nem sempre têm a consciência da estrutura morfológica, não é, e quantas vezes, inclusive, ou melhor, têm consciência nos casos em que as [...] são formadas através de regras [...] ainda na língua, mas todas aquelas que correspondem, que fazem deteriorar em função da língua nós não temos consciência dessa estrutura.

MALACA CASTELEIRO - Em estilística não temos, mas temos em termos intuitivos.

INÉS DUARTE - Em termos intuitivos não temos. Dou-lhe um exemplo de um aluno meu em que pode ver qual a consciência da estrutura morfológica [...]

MALACA CASTELEIRO - Aí está o exemplo. Porque é que dizem público e não publico? porque aplicam definitivamente a regra da colocação do acento tónico e como este espero demonstrar com base num estudo de [...], cronológico.

IVO DE CASTRO - É justamente trabalhos como esse que imagino e outros trabalhos da mesma índole noutras áreas. Acho que está mais que visto, que são necessários, que são necessários não portanto para justificar o que já está feito, mas para justificar o que é preciso fazer. E realmente nós estamos neste momento numa situação de limbo, limbo ortográfico, não é? Já não estamos completamente no paraíso 45, porque ele já foi posto em causa, já houve ameaça de 75, não é? Agora há esta ameaça, o ortográfico. Ainda não estamos num novo paraíso, o ortográfico ainda não foi, estamos assim entre cá e lá, e umas pessoas dizem que nós não vamos para o paraíso mas vamos para o inferno ortográfico e eu uso estas metáforas porque já vimos

que a ortografia tem aplicações teológicas. Mas neste caso uma das possibilidades é capaz de ser a de esta conversa, esta conversa que há meses para ter, se perceber que ela se torna produtiva em termos de realização de trabalhos, de levantamentos de análises e ir perguntar aos psicolinguistas: - Então, digam lá, nestes casos concretos o que é que se passa? - não é? é que é chato haver 10% de ambiguidade no vocabulário comum ou o falante normal desvencilhar-se com isso, não é? ir perguntar aos professores - Então é melhor ensinar assim, alcançam-se melhores efeitos desta maneira ou daquela? - Vamos fazer trabalho de equipa. Fazer trabalho de equipa e se esse trabalho, usando todas as competências das várias disciplinas que estão aí disponíveis, se esse trabalho foi feito agora, no rescaldo desta discussão toda, eu julgo que a ciência linguística em Portugal terá dado um passo importante em frente, terá servido para resolver problemas, em termos completamente novos, atendendo a que, de facto, não me demoro nada com as instituições, mas nós temos que pensar que uma instituição como a Academia das ciências tem a responsabilidade legal de fazer aquilo que fez. É-lhe dada numa lei recente de 1978, a responsabilidade de ser a única pessoa que o governo ouve em matéria de linguística. Mas será que essa legislação, pelo que estamos a ver, tem razão de ser? Será que um conjunto de instituições não deveriam ter sido (mas já que não foram), não têm agora que ser chamadas, bom, ser chamadas não é preciso, já apareceram as pessoas, estão a falar disto, mas assumir esse facto, para se ver que as questões da língua e da política da língua e da orientação futura da língua são tão vastas e têm tantas implicações que uma instituição só, mesmo que seja uma instituição centenária, cheia de tradições é de capacidades, sózinha não pode fazer o que fez? Eu acho que nós temos de admitir esses factos, e a esse respeito, ou seja, a respeito do que é necessário fazer, é de admitir uma revisão técnica, que possa ser reapresentada e homologada nos principais modelos, com informação científica como aquela que nos promete e outras que se estão a fazer ou que se devem vir a fazer. Isso é realista e é positivo. A partir, sobretudo do momento que vimos que o acordo teve o seu momento de aprovação e de ir para a frente, que foi o momento em que ele foi apresentado como acto político e de boa vontade, de aproximação de vários países, e que esse momento foi perdido, está definitivamente perdido, deu lugar até a coisas bastantes tristes, que foi de muitos lados aparecerem afirmações de pouca vontade de aproximação dos povos, que apareceram de pessoas que tinham todo o direito de dizerem o que achavam, estamos numa democracia, pronto, dizerem o que acharam, simplesmente isso foi dito,

e isso tem consequências históricas. O momento do acordo ortográfico de 1986, ou o momento do acordo ortográfico de Maio 86 parece-me que está historicamente passado. Então, visto que agora há tanta gente empenhada em discutir as suas implicações, estão criadas condições para se criar, para se desenvolver, dentro das universidades e fora das universidades, toda uma linha de estudos ortográficos, informados por uma porção de disciplinas, e isso eu não sei se a Associação não poderia propor, sugerir qualquer coisa deste género. Pessoalmente eu gostaria que amanhã houvesse uma moção neste campo.

MALACA CASTELEIRO - Simplesmente foi aqui reconhecido que afinal o acordo, que não foi implantado em 1975, era bom, era melhor que este. E também tinha sido negociado pela Academia. Por outro lado, critica-se não ter havido especialistas na comissão negociadora do acordo, mas na área da psicolinguística e da sociolinguística, da fonologia são onde estão os estudos de uma ortografia, sobre ortografia, realizados de uma forma sistemática e exaustiva por estes especialistas, que tinham obrigação profissional de realmente intervirem numa questão fundamental. É o que eles deviam ter feito. A verdade é que estes estudos não existem, existem estudos teóricos no domínio da gramática generativa altamente especulativos, mas que não descem à prática real, e a questão ortográfica é uma questão que tem a ver com linguística aplicada, que tem sido muito descuidada entre nós. Quer dizer, isto é preciso reconhecê-lo e dizê-lo claramente. Eu não estou aqui a atacar ninguém, nem criticar ninguém, estou a constatar um facto; é que não há especialista, é preciso especialistas, muita gente a intervir numa discussão. Ótimo, mas intervenham não com votos piedosos ou com críticas não fundamentadas, intervenham com estudos reais, demonstrativos, por exemplo, de conduzir o erro. Apela-se muito aos professores, e ao público, estão em condições óptimas, estão em condições óptimas de desenvolver os estudos em relação ao acordo ortográfico, etc., etc.. Intervenham. Este apelo é um apelo importante, intervenham com estudos reais, baseados, não com afirmações de ordem geral, não fundamentadas.

IVO DE CASTRO - Bem, eu espero que aquilo que eu propus há bocado fosse entendido como uma proposta de uma moção para apresentar amanhã e votar amanhã e não como a pelo piedoso, porque de piedade não tinha nada e sobretudo as fundamentações, eu já as apresentei um pouco e estou farto de as ouvir à minha volta.

Meus senhores muitíssimo obrigado pela vossa colaboração.